



ISSN: 2230-9926

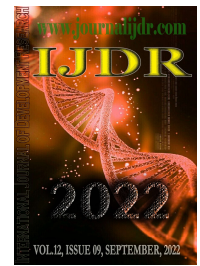
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 09, pp. 58639-58644, September, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.25288.09.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

PLANIFICAÇÃO NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO NA REGIÃO AMAZONICA, BRASIL

Angelina Maria de Oliveira Licório*¹, Raquel da Silva Pereira², Diego Alexandre Duarte³ and César Licório⁴

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA USCS; ²Doutora e professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA USCS; ³Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA UNIR; Mestre em Contabilidade Avançada

ARTICLE INFO

Article History:

Received 03rd July, 2022

Received in revised form

19th July, 2022

Accepted 24th August, 2022

Published online 20th September, 2022

Key Words:

Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Regional, Acre, Amazonas, Rondônia.

*Corresponding author:

Angelina Maria de Oliveira Licório

ABSTRACT

Esta pesquisa objetivou analisar a contribuição do planejamento estratégico dos governos de Rondônia, Amazonas e Acre, para o Desenvolvimento Regional e foi analisada considerando os Planejamentos Estratégicos desses estados, em execução na legislatura vigente. Esta pesquisa básica, de abordagem qualitativa do problema e com a finalidade descritiva da relação entre planificação governamental e desenvolvimento regional, valendo-se do método indutivo, adotou, o procedimento de pesquisa documental. Considerou-se no estudo, o Planejamento Estratégico do Estado de Rondônia referente ao período de 2019 a 2023 (5 anos), o Planejamento Estratégico do Estado do Amazonas referente ao período de 2014 a 2030 (16 anos), e o Plano Plurianual do Estado do Acre referente ao período de 2020 a 2023. Autores como Fischer (1984), Keinert (1994), Torres (2004), Bresser (2006) Tenório; Saraiva (2006) e Matias-Pereira (2010), subsidiam o pensamento da planificação nacional. Boisier (1996), Mattos (1998), Barquero (2001), Santos (2002), Oliveira e Lima (2003), Bastos (2005), Benko, (2005), Bellingieri (2017), trazem contribuições teóricas para o tema de desenvolvimento regional. Conclui-se que o planejamento estratégico é um instrumento essencial da Administração Pública para o desenvolvimento local e regional.

Copyright © 2022, Angelina Maria de Oliveira Licório et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Angelina Maria de Oliveira Licório, Raquel da Silva Pereira, Diego Alexandre Duarte and César Licório. 2022. "Planificação nacional e o desenvolvimento regional: um estudo na região amazonica, Brasil", *International Journal of Development Research*, 12, (09), 58639-58644.

INTRODUCTION

Na década de 1930, o governo Vargas adotou medidas que promoveriam mudanças na estrutura produtiva brasileira. Pelo Decreto nº 24.429, de 20 de junho de 1934, criou-se o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) com a finalidade de promover o desenvolvimento das exportações em geral. O CFCE integrava um plano maior do governo Vargas de planejamento econômico, com uma participação mais incisiva do Estado na economia do País. A criação do CFCE "tinha como atribuição principal formular políticas econômicas voltadas para a redução da dependência externa, podendo, portanto, ser considerado como o primeiro organismo governamental com funções típicas de um órgão de planejamento" (REZENDE, 2010, p.7). Em 30 de julho de 1938, criou-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), com o objetivo de organizar e racionalizar o serviço público federal, diminuindo sua ineficiência (RABELO, 2011). Coube ao DASP elaborar o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939-1943), que foi o primeiro plano quinquenal da história do planejamento do Brasil. Este Plano não se manteve sendo revisto logo após sua implantação, surgindo, em seguida, o Plano de

Obras e Equipamentos (1944-1948), extinto em 1946. Almeida (2006) resgata várias tentativas de planejamento, a saber: Plano Salte – 1950/1951; Plano de Metas de Juscelino Kubitschek – 1956-1961; Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social – 1963-1965; Plano de Ação Econômica do Governo – 1964; Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social – 1967; I Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972-1974; II Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975-1979; III Plano Nacional de Desenvolvimento – 1980-1985; I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – 1986-1989; Plano de Ação Governamental – 1987-1991; Novo modelo de planejamento – os Planos Plurianuais – a partir de 1991. A década de 1980 é marcada por uma desaceleração econômica do país e da América Latina, com uma abrupta queda da taxa média anual de crescimento e o empobrecimento da população. As finanças públicas sofrem o impacto da redução de investimentos externos e, em um modelo onde o Estado tem expressiva participação na economia, as consequências são severas na prestação dos serviços públicos e no setor produtivo. Mesmo com longa tradição em tentativas de planificação geral, o país não tem um planejamento para sair desse cenário crítico (MACIEL, 1989). O planejamento estratégico na esfera pública sempre foi alvo

de estudos e teorizações, estando presente ao longo da história brasileira e toda tentativa de Planificação Nacional buscou reduzir as diferenças regionais, erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento regional. Desenvolvimento, em razão do alcance de seu significado e de sua complexidade, é um termo de difícil definição, porém de fácil percepção. Segundo Sachs (2008, p. 25) “o desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples.” Sua conceituação exige uma compreensão multidimensional, holística, pois, enquanto conceito dinâmico, se expande na medida em que ocorre a expansão da sociedade e a ampliação de suas inter-relações. Segundo Sachs (2008), crescimento não se confunde com desenvolvimento; não reduz a pobreza, nem atenua as desigualdades e, ao se voltar para o desenvolvimento sustentável, contempla além da dimensão econômica, as dimensões social e ambiental. Assim, o vocábulo “desenvolvimento”, posto as diferentes conjunturas, continua ainda como um signo, cujo significado continua em construção. Nesse sentido, Bakhtin (1990) afirma que um signo e seu significado são sensíveis à luta de classes, precisando ser compreendidos em sua totalidade social. Nessa perspectiva, a definição referente ao desenvolvimento, só consegue ser entendida em seu contexto social e histórico. Interpretar a construção do conceito historicamente significa, portanto, posicioná-la em uma sociedade dividida em classes e suas fragmentações com concepções de mundo diferentes, conflitantes e, por vezes, antagônicas.

Posteriormente, o termo foi agregado por estudiosos das Ciências Sociais e Econômicas para fazer menção a processos de mudança social, utilizado como sinônimo de evolução (FERREIRA, 1993; ESTEVA, 2002). Ganhou ênfase ao ser cogitado dentro das teorias econômicas como sinônimo de crescimento econômico. Foi com esta acepção que o termo passou a ser “adotado nas políticas governamentais, transformando-se de teoria em noção política” (THEODORO, 2004, p. 15). Os princípios da igualdade, equidade e solidariedade estão inseridos no conceito de desenvolvimento, distanciando-o assim da vertente econômica reducionista (SACHS, 2008). Questiona-se nesse cenário: Em que medida planejamento governamental promove o Desenvolvimento Regional? Volta-se, esta pesquisa, ao estudo do Desenvolvimento Regional, com delimitação geográfica na Região Norte, especificamente, nos Estados de Rondônia, Amazonas e Acre, ponto mais ocidental do país, que guardam entre si similaridades geográfica e sociocultural. A pesquisa tem como limite temporal, o período de vigência do Planejamento Estratégico atual dos três estados. Considerando a questão de pesquisa definiu-se como objetivo geral: Analisar a contribuição do planejamento estratégico dos governos de Rondônia, Amazonas e Acre, para o seu Desenvolvimento Regional. E, para consecução deste objetivo inicialmente buscou-se um levantamento nos planejamentos estratégicos executados ou em execução, identificar os eixos temáticos com maior potencial para promover o Desenvolvimento Regional e, avaliar metas e ações propostas nos três governos em estudo. A pesquisa se justifica na medida em que avalia a relação entre a planificação geral e o desenvolvimento regional, identificando modelos e estabelecendo critérios de melhores resultados que possam ser observados por governos futuros. Esta pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa, e de finalidade descritiva se caracteriza como documental, se valendo, para coleta de dados, dos planejamentos estratégicos do governo de Rondônia, para posterior análise crítica dos dados.

METODOLOGIA

A ciência, como a filosofia, a arte, a religião, a mitologia e o senso comum são meios de se buscar o conhecimento. A ênfase aqui, naturalmente, é na ciência que permite conhecer e compreender as causas dos fenômenos observados (MARCONI; LAKATOS, 2000). Esta pesquisa adota como método o indutivo, que nos termos de Siena (2011), a partir da verificação e análise dos planejamentos estratégicos executados no último mandato dos governos de Rondônia, Amazonas e Acre, buscou-se identificar elementos que possam ter contribuído para o desenvolvimento regional para que, em legislações futuras, em uma generalização dos resultados, possam ser

norteadores de políticas públicas e ações governamentais, constituindo-se em instrumentos de eficácia governamental quanto ao desenvolvimento. Quanto à natureza da pesquisa caracteriza-se como básica e, quanto à forma de abordagem do problema, classifica-se como qualitativa, na medida em que se propõe a analisar de forma indutiva e interpretar os elementos vinculados ao desenvolvimento regional, identificados nos planejamentos estratégicos do governo de Rondônia, sem emprego de métodos e técnicas estatísticas. Quanto aos objetivos, esta pesquisa se caracteriza como descritiva, apresentando os elementos e características dos planejamentos estratégicos analisados, bem como, identificando e analisando as relações entre planificação governamental e desenvolvimento regional. Quanto aos procedimentos trata-se de uma pesquisa documental, valendo-se para coleta de dados de documentos governamentais pertinentes, especificamente, os planejamentos estratégicos executados ou em execução referente ao mandato em vigor, disponíveis nos sites oficiais dos Governos analisados, ou seja, Estados de Rondônia, Amazonas e Acre. Assim, para a pesquisa considerou-se o Planejamento Estratégico do Estado de Rondônia referente ao período de 2019 a 2023 (5 anos), o Planejamento Estratégico do Estado do Amazonas referente ao período de 2014 a 2030 (16 anos), e ainda, o Plano Plurianual do Estado do Acre referente ao período de 2020 a 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa se realiza na Região Norte, no ponto mais ocidental do país, um dos pontos extremos do Brasil em extensão longitudinal, especificamente nos Estados de Rondônia, Amazonas e Acre que integram o Bioma Amazônia. Entre os eixos temáticos que integram os planejamentos estratégicos elegeram-se a Educação, o Desenvolvimento Regional e o Turismo como essenciais para promoção do progresso e da qualidade de vida com democratização das oportunidades e redução de desigualdades sociais. Considerando os dados iniciais como o de população, IDH, orçamento e número de municípios, inseridos no Quadro 1, infere-se que, dentre o grupo estudado, o orçamento do Acre é o maior, proporcionalmente ao número de seus habitantes. O IDH do Acre é o menor mesmo tendo o maior orçamento por habitante, o Estado do Acre apresenta o pior IDH e, como os demais estados estudados, não conseguiu atingir a meta do IDEB (5.3) ficando como Rondônia, com 4.8, e acima do Estado do Amazonas com 4.5. O Estado de Rondônia, que tem a segunda maior média orçamentária em proporção ao número de habitantes, tem a melhor renda per capita dos três Estados e o seu IDEB é igual ao Acre de 4.8, contudo, a meta era de 5.1. Destaca-se ainda que o Estado do Amazonas mesmo tendo a menor Renda per capita, tem o IDH superior ao do Estado do Acre. Este, mesmo tendo o maior valor por habitantes, não apresentou destaque correspondente em seu IDH. O Estado de Rondônia se destaca neste quesito, bem como no quesito de Renda per capita.

Voltando para o Planejamento, o Plano Estratégico de Rondônia para o período de 2019 a 2023, tem como lema “UM NOVO NORTE, NOVOS CAMINHOS” e, o governador em sua mensagem ao povo fala entre outros, em saúde mais humana, segurança mais resolutiva, educação para a vida e cidadania inclusiva, caminhos para tornar o Estado de Rondônia referência em responsabilidade e planejamento para a construção das futuras gerações. O Estado de Rondônia, no eixo da Educação direcionou suas estratégias para o Ensino Médio com a adequação dos currículos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e implantação de escolas militares, visto que o Governador e o primeiro escalão são oriundos da classe militar, sendo as ações guiadas pelas diretrizes definidas nas avaliações da Prova Brasil, utilizando a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como parâmetro de mensuração de sucesso, direcionando também para a Educação Profissional por sua capacidade transformadora, tanto do indivíduo quanto do Desenvolvimento Econômico. Entre Estratégias e Batalhas, terminologia utilizada em função da origem militar do governo, definiu-se como batalha na educação: 1) Ter o melhor Ensino Médio público do Brasil; 2) Ampliar a Educação Profissional no Estado. Os Resultados-chave

para a batalha 1 são: 1. Aumentar o IDEB do Ensino Médio da Rede Estadual até 2021; 2. Diminuir a evasão no Ensino Médio de 7,5% para 5%. Os Resultados-chave para a batalha 2 são: 1. Matricular 10 mil estudantes nos Cursos Técnicos Profissionalizante e inscrever 36 mil jovens ou adultos nos Cursos de Formação Inicial e Continuada; 2. Emitir certificações de reconhecimento formal de conhecimentos técnicos e aptidões profissionais. A preocupação com o aumento do indicador de proficiência do IDEB do Ensino Médio justifica-se, visto que o estado não conseguiu atingir a meta nas últimas três avaliações, sendo esse um dos seus principais desafios em relação a Educação Pública. O Estado de Rondônia criou, em 2017, o Instituto de Educação Profissionalizante (IDEP), dando aos jovens e adultos uma nova oportunidade de inserção no mercado de trabalho através da Educação Profissional. No Estado do Amazonas tem-se o eixo temático “Educação, formação de RH e Gestão Pública” cuja finalidade está voltada para a qualidade e acessibilidade da Educação e valorização do educando para proporcionar oportunidades iguais no mercado de trabalho e alcançar melhorias no padrão de ensino, cujos reflexos terão impacto positivo nos índices do IDEB, ENEM. É relevante destacar que os aspectos geográficos da região fazem do transporte fluvial uma realidade, também para o transporte escolar. Para alcançar os resultados propostos do governo do Amazonas propõe entre outras ações: criar o Programa Competências Essenciais na Educação – CEE; priorizar no Ensino Rural cursos voltados ao ensino técnico e agrícola; focar no ensino da capital, com ênfase no empreendedorismo individual; implantar a Gestão Escolar Focada em Resultados – GEFR; ampliar um programa de escolas públicas de tempo integral. Foram propostas também, ações de valorização do profissional da educação e integração social. Ressalta-se que no Planejamento Estratégico do Estado do Amazonas para o período de 2014 a 2030 não há números definidos quantificando a população a ser atendida ou indicadores que permitam uma mensuração e análise comparativa.

O governo do Acre trabalha com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumentos comuns a todas as Unidades da Federação, por força constitucional, contudo, sem um Planejamento Estratégico de maior alcance temporal para integração dos citados instrumentos legais. O governo do Acre conta ainda com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (PDSA), implantado pelo governo para o período de 2002 a 2010 e sua segunda fase para a partir de 2013, contudo, no site, tal programa não conta com atualizações para um melhor acompanhamento. Assim para a finalidade desta pesquisa parte-se do Plano Plurianual (PPA). No PPA, a Educação não constitui um eixo próprio, ao contrário, está inserida no eixo CIDADANIA E SEGURANÇA como se observa nos itens “4.2.3. Educação de qualidade, eficiente e inovadora; 4.2.4. Promoção de Projetos inovadores, educacionais e esportivos; 64 4.2.5. Qualificação Técnica Profissional” (ACRE, p 63-65). O objetivo proposto no item 4.2.3, destaca a formulação, coordenação e a execução da política educacional da rede para o aprimoramento profissional, a inclusão, e a participação de alunos e comunidade escolar nos processos educacionais e, a melhoria da qualidade educacional. Entre as metas estabelecidas no item 4.2.3 da Educação é possível destacar a construção de 30 quadras para prática de atividades esportivas; a elevação do IDEB; garantir o atendimento de alunos com necessidades especiais na rede pública de ensino; implantação de 3 unidades Cívico-Militares e, a implantação de 5 unidades das Escolas Vocacionadas com cinco eixos sendo eles: técnico-agrícola, técnico em informática, formação de esportistas, vocacional de artes (dança, música, teatro) e escola bilíngue, com ênfase em inglês, espanhol e libras. Os três estados em estudo voltam suas ações pedagógicas e suas preocupações maiores para o ensino fundamental e para a educação profissional; todos os estados utilizam o indicador de proficiência do IDEB como balizador da qualidade do ensino; cada estado utiliza estratégias diferentes, guardando as especificidades próprias de cada localidade, para alcançar suas metas, finalmente, nos planejamentos dos estados de Rondônia e Acre é possível identificar a influência militar, como a implantação de unidades cívico-militares no Acre. Outra área relevante para o estudo e voltada para o bem-estar do cidadão é o Desenvolvimento Regional e o estado de

Rondônia apresentou em seu Planejamento Estratégico o eixo Desenvolvimento Econômico e o eixo Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial. Quanto ao Desenvolvimento Econômico a atenção está voltada para a “atração de investimentos e turistas, desenvolvimento das cadeias produtivas, comercialização de produtos e serviços, melhoria do ambiente de negócios e desenvolvimento de tecnologias” (RONDÔNIA, 2019, p. 54). Nesse eixo torna-se relevante olhar para o desempenho do Produto Interno Bruto apresentado no Quadro 2.O Produto Interno Bruto de Rondônia (PIB) em 2018 é de 44.914; do Acre = 15.331; e do Amazonas = 100.109, tendo como base PIB (1.000.000 R\$). Observa-se um crescimento expressivo no PIB de Rondônia de 2016 para 2017, seguido de um crescimento pífio de 2017 para 2018. O menor crescimento do PIB do período de 2016 para 2017 é o do Estado do Acre, contudo, de 2017 para 2018, o Acre tem o melhor desempenho. No eixo Desenvolvimento Econômico o Planejamento Estratégico de Rondônia definiu como prioridade “ter o maior crescimento percentual do PIB entre os Estados do Brasil e, ser o maior produtor e exportador de alimentos da Amazônia Legal” (RONDÔNIA, 2019, ps.57,58).

Para tanto espera-se atrair mais investimentos para o Estado; triplicar o número de empreendedores com acesso ao microcrédito; aumentar em 20% o fluxo de turistas e taxa de ocupação dos hotéis e pousadas; garantir certificações sanitárias necessárias à exportação dos principais produtos do Estado para Japão, China, Estados Unidos e União Europeia; elevar em 20%, o percentual médio de produtividade agroindustrial, entre outros. O eixo Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial contempla a regularização de terra, o desenvolvimento ambiental sustentável e a preservação dos recursos naturais para a atual e próximas gerações propõe entre outras medidas realizar a primeira concessão de floresta pública de Rondônia, agilizar a análise dos processos de licenciamento ambiental, ampliar a descentralização da gestão ambiental, ampliar a destinação adequada de resíduos sólidos, consolidar os instrumentos de gestão dos recursos hídricos no Estado, etc. O Estado do Amazonas, neste segmento propõe, entre outras medidas, realizar o Zoneamento Ecológico Econômico das sub-regiões do Amazonas, identificando os espaços possíveis de ocupação socioeconômica, implantar uma Agenda Ambiental na Administração Pública, orientando os investimentos governamentais, implementar a Gestão de florestas e Extrativismo Racional objetivando seu uso sustentável, criar mecanismo de fomento à organização de feiras regionais de produtos naturais com vistas ao mercado externo e interno; revitalizar a cadeia produtiva da pesca e aquicultura, com a execução de plano sustentável voltado ao manejo pesqueiro realizado por comunidades ribeirinhas, desenvolver o turismo sustentável, promover a industrialização das frutas tropicais e dos produtos naturais voltados à produção medicamentosa e de cosméticos, com foco na bioindústria.

No eixo estratégico de Transformação Produtiva do Planejamento Estratégico do Amazonas estão contempladas áreas temáticas como o Estímulo Fiscal-Financeiro e Ambiente de Negócios, Implantação de Polos Mineraiis Diversificados, Zona Franca de Manaus e Polo Industrial de Manaus e, Turismo. Nessas áreas algumas ações e destacam como, a efetivação do Processo Produtivo Básico Sustentável (PPB-S), o aumento da capilaridade do microcrédito e apoio aos novos paradigmas econômicos, a promoção da exploração racional dos aquíferos minerais existentes no Amazonas nos municípios que registram essa potencialidade, o estímulo e atração de empreendedores, firmas nacionais e internacionais para a produção de bens de saúde (equipamentos e instrumentos médicos, hospitalares e odontológicos) e fármacos, investimentos impactantes no capital intelectual, na Universidade do Estado do Amazonas e, ainda, ações voltadas para o turismo como a elaboração e implantação dos planos de desenvolvimento turístico municipais, investimento em infraestrutura turística, na capital e no interior e, inserir a produção local, especialmente o artesanato, na cadeia produtiva do turismo, tendo como uma das iniciativas principais a implantação do selo turismo nos produtos do Amazonas. O Estado do Acre, no mesmo sentido, apresenta em seu plano plurianual os eixos: Economia e Agronegócio; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Meio

Ambiente. No desenvolvimento da economia e agronegócio o estado estabeleceu como metas: “Aumentar em 40% o escoamento da Produção Agrícola dos médios e pequenos produtores; Elevar em 4% a participação da produção agropecuária e florestal no PIB Acre” (ACRE, 2019, p. 73). Para o desenvolvimento comercial e industrial o estado busca implantar uma solução de gerenciamento das Cadeias Produtivas do Estado. Busca também, na extensão rural, dar apoio ao crédito rural sustentável. Busca também promover a mecanização agrícola e açudagem e produção agrofloresta em 35 terras indígenas e, a redução, em 30%, da falência dos empreendimentos econômicos solidários, micro e pequenos empreendedores, associações, cooperativas e artesanatos O Acre, no setor de turismo objetiva promover o potencial e a vocação turística do Estado com a melhoria dos atrativos naturais, históricos, religiosos, culturais, entre outros, principalmente o ecoturismo e o turismo de aventura, e para tanto, propõe iniciativas como: “[...] elaboração de Plano estratégico de marketing do turismo no Acre; elaboração de Planos de Gestão do Turismo Indígena, estruturação e melhoria dos atrativos turísticos [...] realização de estudos e pesquisas sobre o potencial turístico no Acre” (ACRE, 2019, p. 76)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ao governo, por meio de adequadas estratégias e sustentado em um plano nacional de desenvolvimento, promover ações, políticas públicas e programas adequados que resultem em uma sustentabilidade social. O desenvolvimento regional depende de uma adequada orquestração da gestão pública. Com a potencialização dos recursos, a articulação social, com participação efetiva da população na deliberação de políticas e investimentos necessários o governo é capaz de promover o desenvolvimento regional. Sobre os estados em número é possível concluir que, mesmo quanto ao aspecto de Desenvolvimento Regional destaca-se o resultado do PIB. Os três estados apresentam no período de 2016 a 2018, um crescimento parecido, contudo, se considerar o período de forma fragmentada constata-se uma queda significativa no crescimento do PIB de Rondônia, para 2018 e, um expressivo aumento nos PIB do Acre e do Amazonas. Se considerar o período de 2016 a 2018 o crescimento será de 13,49% em Rondônia, de 12,11% no Amazonas e de 11,21% no Acre, permanecendo Rondônia, com o maior crescimento. Os três estados destacam ações como atração de capital nacional e estrangeiro, o microcrédito, o agronegócio e o turismo para alavancar o desenvolvimento regional, contudo, chamam a atenção algumas propostas que se presume já estarem, há décadas, implantadas, como por exemplo, atrair mais investimentos para o Estado, ampliar o atendimento do microcrédito, aumentar o fluxo de turistas e taxa de ocupação dos hotéis e pousadas, propor planos de desenvolvimento turístico municipais, investir em infraestrutura turística, implantar Agenda Ambiental na Administração Pública, criar mecanismo de fomento à organização de feiras regionais de produtos naturais, entre outros. A questão norteadora desta pesquisa restou respondida, visto que, se pode inferir que o Planejamento Estratégico se mostrou um instrumento capaz de promover o Desenvolvimento Regional. O objetivo geral de analisar a contribuição do planejamento estratégico dos governos de Rondônia, Amazonas e Acre, para o Desenvolvimento Regional foi alcançado, assim como cada um dos específicos. Uma das maiores limitações desta pesquisa foi o acesso ao Planejamento Estratégico, pois nem todos estavam disponibilizados no site oficial do governo do estado. O objetivo da pesquisa, inicialmente, era contemplar um maior espaço temporal, contudo, existem lacunas, não sendo possível encontrar os planejamentos estratégico do Estado de Rondônia, referente ao período anterior a 2011. Para pesquisas futuras recomenda-se contemplar os Planejamentos Estratégicos, ao menos, de três legislaturas para uma melhor compreensão do desenvolvimento regional. Recomenda-se ainda contemplar os demais estados do Norte permitindo uma visão mais macro.

REFERÊNCIAS

- ACRE. Governo do Estado. Disponível em: <http://www.ac.gov.br>. Acesso em 24 de jun. 2021. Disponível em: <http://acre.gov.br>.
- ACRE. Lei N° 3.589, de 19 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado do Acre para o quadriênio 2020-2023. Disponível em: <http://seplag.ac.gov.br/>.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A experiência brasileira em planejamento econômico: Uma Síntese Histórica. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). Planejamento e Orçamento Governamental – Coletânea. Vol. 1. Brasília: Enap, 2006. cap. III, p. 193-228.
- AMAZONAS. Governo do Estado. Disponível online em: <http://www.amazonas.am.gov.br>.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BARQUERO, Antonio Vásquez. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 278 p.
- BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. Disritmia Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. In: Seminário de história econômica e social da zona da mata mineira, 2005, Juiz de Fora, MG. Anais. Juiz de Fora, MG, 2005.
- BELLINGIERI, Júlio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: Uma revisão Bibliográfica. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017 - Salvador, BA – p. 6 – 34.
- BENKO, Georges. Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. In: Planejamento e políticas públicas. N. 13. Brasília: IPEA, 1996. Disponível online em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135/137>.
- BRASIL. Decreto n° 159, de 15 de janeiro de 1890. Providencia sobre o modo de organização de um Plano de Viação Federal. Publicação Original [Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1890 - vol. 001] (p. 67, col. 1). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/386149>.
- BRASIL. Decreto n° 524, de 26 de junho de 1890. Estabelece regras sobre a competência do Governo Federal e a dos Estados Unidos do Brasil para concessão de estradas de ferro. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1418 Vol. 1 fasc.VI (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-524-26-junho-1890-523675-norma-pe.html>.
- BRASIL. Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>.
- BRASIL. Presidência da República. III Plano Nacional de Desenvolvimento-1980/85. Biblioteca da Presidência. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>.
- BRASIL. Presidência da República. Plano decenal de desenvolvimento econômico e social. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Tomo I. Visão Global. Volume 1. Estrutura geral e estratégia de desenvolvimento. (Versão preliminar). 1967. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/>.
- BRASIL. Presidência da República. Programa Estratégico de Desenvolvimento. Diretrizes de Governo. DASP. Ministério Do Planejamento e Coordenação Geral. Julho de 1967.
- BRASIL. Presidência da República. Plano trienal de desenvolvimento econômico e social 1963 - 1965 - (Síntese). Biblioteca do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. - Dezembro de 1962. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/>.

- BRASIL. Presidência da República. Programa de Ação Governamental. 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Anexo/and94991-87>.
- BRASIL. República Federativa do Lei n.º 5.727, de 4 de novembro de 1911. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>.
- BRASIL. República Federativa do. Decreto do Conselho de Ministros n.º 1.422, de 27 de Setembro de 1962. Dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado extraordinário responsável pelo planejamento e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretoconselhodeministros-1422-27-setembro-1962-352600-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- BRASIL. República Federativa do. Decreto n.º 51.152, de 5 de Agosto de 1961. Cria a Comissão Nacional de Planejamento. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/8/1961, Página 7115. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51152-5-agosto-1961-390822-norma-pe.html>.
- BRASIL. República Federativa do. Decreto N.º 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.html.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Gestor do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CARDOSO, Univaldo Coelho. OSCIP: organização da sociedade civil de interesse público. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d859d470786e9468569ec9ba3c8b7496/\\$File/5194.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d859d470786e9468569ec9ba3c8b7496/$File/5194.pdf).
- COSTA, Ilton Garcia. FREITAS, Paulo Henrique de Souza. Terceiro Setor, ONGs: Questões Críticas. São Paulo: Editora Verbatim, 2012.
- CUNHA, Alexandre. Mendes, SIMÕES, Rodrigo. Ferreira; PAULA, João. Antonio. Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico. Texto para discussão n.º 260. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
- ENDLICH, Angela Maria. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? Redes, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.2, p. 5-35, mai./ago. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Fernando%20Escariz/Downloads/257-776-1-PB.pdf>.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.). Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 59-83.
- FALCÃO, Joaquim. Democracia, direito e terceiro setor. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- FALCONER, Andres Pablo. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração de Recursos Humanos) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERREIRA, Pinto. Sociologia do Desenvolvimento. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.
- FGV CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Plano Salte. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>.
- FGV CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Celso Furtado. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>.
- FGV2 CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Plano trienal de desenvolvimento econômico e social. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>.
- FGV3 CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Plano decenal de desenvolvimento econômico. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>.
- FGV4 CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Plano nacional de desenvolvimento (PND). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>.
- FIGUEIREDO, Antonio Manuel. As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional. IN: COSTA, José da Silva; NIJKAMP, Peter (Org.). Compêndio de Economia Regional: Teoria, Temáticas e Políticas. v. 1. Coimbra: Principia, 2009.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A.J. The spatial economy: cities, regions, and international trade. MIT Press, 2001.
- FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. Economia espacial. São Paulo: Futura, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2005.
- IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>.
- IPEA. A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil. Organizador: José Celso Cardoso Jr. vol. 4. Diálogos para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA. 2011.
- IPEA. Desafios do desenvolvimento. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. 2016. Ano 13. Edição 88 - 23/11/2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/>.
- IPEA. Desafios do desenvolvimento. Cinco décadas de história. 2014. Ano 10. Edição 80 - 23/06/2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/>.
- KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48 - mai./jun. 1994.
- LEITE, Ubajara Berocan. Política Nacional de Desenvolvimento Regional: experiência recente da política regional no Brasil. In: Reunión de expertos sobre población territorio y desarrollo sostenible. Santiago, 2011. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/ubajara_leite.pdf.
- LEMOS, Cristina. Inovação em arranjos e sistemas de MPME. In: Lastres et. al. (orgs). Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Nota Técnica 1.3. Instituto de Economia. UFRJ: Rio de Janeiro, 2001.
- LOPES Carlos Thomaz G. Planejamento, estado e crescimento. São Paulo: Pioneira, 1990.
- MACIEL, Everardo. A crise do planejamento brasileiro. R. Serv. Publ. Brasília, 117(1): 37-48, ju n./set. 1989.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. Metodologia Científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2010.
- PHILERENO. Deivis Cassiano. A dinâmica de longo prazo e o potencial de desenvolvimento sócio econômico do Município de Taquara-RS. Tese (Doutorado) – UNISC, Santa Cruz do Cruz, 2014.
- PIRES, Elson Luciano Silva; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. Geografia, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.
- RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 3 N.º 6, dezembro de 2011.

- REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução / Fernando Rezende. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Texto para Discussão, 4).
- RONDÔNIA. Governo de Rondônia. Planejamento Estratégico Rondônia – 2019-2023. Disponível em <http://www.rondonia.ro.gov.br/>.
- RONDONIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG). Disponível em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Conteudo>.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável, 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Caroline Queiroz, CARDOZO, Ana Maria Pereira. Inclusão digital e desenvolvimento local. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n1/01.pdf>.
- SIENA, Osmar. Metodologia da pesquisa científica: metodologia da pesquisa científica: Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. PPGMAD. Departamento de Administração. UNIR. Porto Velho, 2007. Atualizado em Jul. 2011.
- SOUZA, Nelson Mello e. O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 46(6):1671-1720, nov./dez. 2012.
- TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme; SARAIVA, Enrique J. Esforços sobre gestão pública e gestão social in Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. Org. Paulo Emílio Matos Martins, Octavio Penna Pieranti, 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- THEODORO, Mário. A questão do desenvolvimento: uma releitura. In: RAMALHO, J. P.; ARROCHELLAS, M. H. (Org.). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004, p. 15-44.
- TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
